

Ata nº 22 / XIII / 1.ª SL

Aos vinte e seis dias do mês de abril de 2016, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações gerais

2. Audição do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros por requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, para prestar esclarecimentos sobre autorizações de residências para investimentos e CPLP.

3. Análise do Parecer da Proposta de Resolução n.º 1/XIII/1ª - Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino da Arábia Saudita para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em 8 de abril de 2015.

- Deputada autora do parecer: Joana Lima - PS

4. Análise do Parecer da Proposta de Resolução n.º 2/XIII/ 1ª - Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Sultanato de Omã para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 28 de abril de 2015.

- Deputado autor do parecer: Ricardo Batista Leite - PSD

5. Outros assuntos

Aberta a reunião, o **Senhor Presidente da Comissão** deu as boas vindas aos membros do Governo presentes, bem como a todos os Deputados em sessão, tendo solicitado que a parte da OD relativa às Informações Gerais transitasse para a segunda parte da reunião, o que foi assentido por todos os Deputados presentes.

1.ª Parte

Ponto 2.

Neste seguimento, informou o Senhor Ministro acerca da metodologia a adotar. De seguida deu a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD para apresentar as motivações do requerimento que formulou para audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Assim, começou o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** por dar conta das notícias sobre uma alegada partilha temporal de mandato do Secretariado-Executivo da CPLP com São Tomé e Príncipe, pedindo a confirmação das mesmas que, a serem verdadeiras, quais as suas motivações e eventuais consequências no seio da própria Organização. De seguida, questionou ainda acerca do estado da relação entre Portugal e Angola, tendo em vista, nomeadamente, a situação da comunidade portuguesa que aqui reside e trabalha. Finalmente, foi pedido ao Senhor Ministro um ponto de situação relativo aos processos de Autorização de Residência para Atividades de Investimento (ARI's), pois foi anunciado que o Governo estaria a tramitar 850 processos, sendo que em finais de janeiro existiam concluídos 142 processos e outros tantos em finais de fevereiro.

Concedida a palavra ao Senhor Ministro, aludindo à questão da CPLP, identificou sete prioridades essenciais de atuação do Governo, vertidos na nova visão estratégica adotada: a cidadania como uma dimensão transversal aos pilares fundamentais da CPLP; importância do papel dos Estados observadores-associados e observadores-consultivos; alargamento das áreas de cooperação (energia, ambiente e oceanos); reforço do papel do Camões, IP e uniformização linguística no domínio científico; reforço do intercâmbio académico; valorização das comunidades portuguesas no exterior, tanto da diáspora como as autóctones das diferentes regionais do globo; e o reforço dos apoios sociais e da portabilidade de direitos. Destacou a cimeira de chefes de Estado de junho, no Brasil, como importante momento de afirmação da CPLP, onde será aprovado o documento formal desta nova visão, aprovado em Conselho de Ministros, a qual deverá começar a ser

implementada a partir de 2017. Sublinhou ainda não haver data e local concretamente agendados para a realização da referida cimeira, aguardando-se instruções das autoridades brasileiras nesse sentido.

Relativamente ao Secretariado-Executivo da CPLP, referiu que, não obstante caber a Portugal, de acordo com os estatutos, apresentar a candidatura ao desempenho do cargo, o Governo apercebeu-se da dificuldade manifestada pelos países africanos por não possuírem nenhuma coordenação e sede orgânicas, o que levou Portugal a aceder à alteração da ordem de sucessão na direção do Secretariado Executivo para os próximos dois mandatos: de 2016 a 2018 caberá tal cargo a São Tomé e Príncipe, cabendo a Portugal apresentar candidatura no biénio seguinte. Referiu, ainda, ter Portugal tomado a iniciativa de rever o acervo normativo que rege o funcionamento da CPLP, designadamente o Estatuto e outros acordos para-estatutários.

Relativamente às ARI's, relembrou aquilo que havia já referido a este propósito por altura da discussão do Orçamento Geral do Estado na especialidade, onde se encontravam tramitados (analisados) cerca de 850 processos, número que no corrente mês se situa em 1600, repartidos entre autorizações de residência para investimento, renovações e reagrupamentos familiares, além dos processos indeferidos e extintos. Sumariando, até 22 de abril e desde a institucionalização desta nova figura, haviam sido concedidas 3247 autorizações de residência, sendo que em 2016 foram já concedidas 459. Os pedidos de reagrupamento familiar com base neste tipo específico de autorização de residência, até àquela data, ascendiam a 4950, sendo 650 deferidos já durante o presente ano. Concluiu ter em sido superadas as dificuldades administrativas sentidas em 2015, estando a trabalhar-se num ritmo próximo do verificado em 2014.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para saudar o Senhor Ministro em nome do seu Grupo Parlamentar e solicitar esclarecimentos sobre a melhoria da eficácia da CPLP e da sua sedimentação político-diplomática, numa fase em que, comemorando-se os seus 20 anos, o Governo levará à discussão um documento acerca de uma nova visão estratégica para esta organização, de natureza essencialmente global. Em relação ao Brasil questionou sobre de que modo poderá ser desbloqueada a relação comercial com aquele país. Sobre Angola, questionou a visão do Senhor Ministro acerca do momento do relacionamento bilateral que é tão relevante para Portugal. Ainda neste contexto, salientou a questão dos membros Observadores Associados e Consultivos onde, sabendo-se existirem cerca de vinte pedidos de adesão, pretende saber de que forma pretende o Governo gerir a questão e garantir a fluidez no funcionamento da organização. Finalmente

e quanto à Diáspora portuguesa, questionou sobre de que forma pretende o Governo explorar o seu potencial, até agora pouco aproveitado.

Respondendo, referiu o Senhor Ministro que, não obstante as tensões naturais neste tipo de organizações multilaterais, tudo tem funcionado exemplarmente, dada a diversidade subjacente a vários níveis. Realçou três aspetos essenciais nesta matéria: a natureza intergovernamental da CPLP; o facto de ser integrada por nove países iguais em direitos e responsabilidades; e de todas as decisões na organização serem tomadas por consenso. Aludiu, de seguida, a um encontro de comunidades luso-descendentes do sul da Ásia, a realizar em julho próximo, de grande importância para a diáspora portuguesa. Sobre o relacionamento bilateral com Angola, declarou tratar-se de matéria que o Governo acompanha com grande atenção nas suas diferentes dimensões, mas tendo sempre presente a situação dos cidadãos portugueses que vivem e trabalham naquele país, bem como das empresas portuguesas, considerando natural que o Estado angolano, endividado, retraia o seu investimento.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) para realçar a exemplaridade na condução política pelo Governo da questão da candidatura ao Secretariado-Executivo da CPLP, onde nem o PSD apontou qualquer reparo. Sublinhou a existência de um défice de democracia em Angola, designadamente, no respeitante à separação de poderes, mormente da independência do poder judicial, questionando sobre se deveria a CPLP assumir papel de maior visibilidade nesta matéria. Na afirmativa, quis saber que caminhos, no entendimento do Governo podem ser percorridos neste âmbito. No respeitante aos “vistos gold”, salientou que o BE, por princípio, não concorda com tal instituto, embora saiba não ser essa a posição do governo. Dada a nova figura da autorização de residência para investimento, perguntou diretamente sobre quantos empregos foram já criados à luz da referida figura e qual o montante em concreto do investimento verificado, e se o Governo considera serem estes vistos para tal essenciais.

Respondeu o Ministro que a adesão à CPLP pressupõe a vinculação prévia a três princípios: Estado de direito, democracia política e direitos humanos. O Ministério dos Negócios Estrangeiros tudo tem feito para dinamizar tais princípios no âmbito da organização, realçando a cooperação promovida entre Provedores de Justiça, para cuja associação internacional foi recentemente eleito o Provedor português. Também a Guiné-Equatorial que recentemente teve eleições, está a fazer o seu caminho, apoiado por

Portugal no âmbito da CPLP. Realçou, ainda, que no Índice Ibrahim/2015 (governança em países africanos), Cabo-Verde ocupa o 3.º lugar, e São Tomé e Príncipe está nos 12 primeiros. Embora compreenda e respeite a posição do BE relativamente às autorizações de residência para investimento, lembrou os números atrás divulgados, sublinhando os 269 casos de transferência de capitais verificados em sequência do deferimento de autorizações deste tipo que já criaram 10 postos de trabalho, além da aquisição de 2991 imóveis. Mais referiu, a terminar, ser intenção do Governo alargar este tipo de autorizações a outras áreas de interesse, designadamente, à cultura.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para lembrar que as ARI's constituem um projeto já consolidado em Portugal e existente em mais de 40 países no mundo, dos quais pelo menos 15 pertencem à União Europeia. Questionou sobre se o Governo teria já refletido acerca do futuro deste instrumento, bem como de outros de eficácia e interesse similares que o Governo tencione realizar, alargando-o ou diversificando a outras áreas de interesse, em conjugação, por exemplo, com a AICEP. Ainda neste âmbito, perguntou quantos dos 850 processo anunciados são efetivamente novos e quais as expetativas de tramitação até ao final do corrente ano. Após saudar o êxito político na gestão do dossiê relacionado com a candidatura ao Secretariado-Executivo da CPLP, questionou o Ministro sobre se pretende afirmar o português como idioma de trabalho na ONU e o que falta para que o nosso idioma possa ser utilizado como língua económica global.

Respondeu o Senhor Ministro que até 22 de abril do corrente ano estavam concedidas 3247 autorizações de residência para investimento. Desde o início de 2016, o ritmo médio de processamento está ao nível de 2014, esperando que possa subir um pouco mais, sem que se tenha facilitado no grau de exigência. Foi aplicado um novo manual de procedimentos, elevando o nível de exigência, sempre em colaboração estreita com a Inspeção Geral da Administração Interna. Lembrou que este instrumento nasceu para responder à crise do setor imobiliário. Anunciou que elementos da área cultural vão passar a integrar o grupo de acompanhamento das ARI's, privilegiando o setor criativo e da ciência. No concernente à questão do idioma, lembrou que o português já é língua oficial em diversos grupos de trabalho, pretendendo o Governo reforçar o papel que o Instituto Camões já prossegue, no exterior.

Interveio o Senhor **Presidente** para perguntar ao senhor Ministro se existem dados disponíveis noutros países onde os ARI's com vocação imobiliária tenham sido implementados e que indiquem algum tipo de êxito no capítulo do investimento produtivo.

Respondeu o Senhor Ministro, referindo não possuir dados no momento, pelo que vai mandar coligi-los e, posteriormente, enviá-los à Comissão.

De seguida, interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)**, cumprimentando o Ministro, em nome do seu Grupo Parlamentar. Reconheceu que a nova visão estratégica para a CPLP prevê novas dimensões de cooperação e de trabalho na CPLP, embora não deva esquecer-se de respeitar os seus princípios fundadores, motivo pelo qual o PCP nunca concordará com a evolução da organização para um género de “Tratado de liberalização de comércio e serviços”, ou que ponha em causa a soberania dos Estados e a consideração de vantagens recíprocas, em prejuízo do princípio da cooperação. O PCP mantém as suas dúvidas de princípio relativamente aos denominados “vistos gold”, tanto mais que tal instrumento apenas permitiu criar, como foi afirmado, apenas 5 postos de trabalho.

Respondeu o Senhor Ministro lembrando que as melhores previsões de há 20 anos nunca permitiram pensar que aqui se pudesse chegar tão rapidamente, o que só foi possível graças ao respeito pelos princípios sublinhados pelo PCP, e que deverão ser reforçados e alargados a outras áreas de intervenção, já na próxima Cimeira de junho próximo, no Brasil. Referiu não estar em curso nenhum processo de alargamento da CPLP, onde deve haver a adequada prudência para não se repetir a última (e única) situação de alargamento ocorrida no passado. Deve, isso sim, ponderar o reforço da estrutura de membros observadores.

Na segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados abaixo referenciados, formulando as questões seguintes:

.Paulo Neves (PSD), questionando sobre se existe a garantia de que o mandato do Secretariado-Executivo no período de 2018-2020 caiba efetivamente a Portugal e se, na sequência do processo de revisão dos Estatutos da CPLP, poderá Portugal ficar arredado da presidência, pelo facto de lhe caber o preenchimento daquele cargo. A finalizar, pediu um comentário acerca do processo eleitoral recentemente ocorrido na Guiné-Equatorial, onde o Presidente reeleito recolheu 99,2% dos votos.

.Gabriela Canavilhas (PS), solicitando, primeiro, a visão política global do Governo relativamente à atual situação vivida nalguns países da CPLP (Brasil, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau) e de que forma esta situação pode atingir o próprio futuro da CPLP e, depois, um comentário relativamente ao potencial para os interesses portugueses das negociações no âmbito do MERCOSUL.

.Carlos Páscoa (PSD), reconhecendo que o pilar económico da CPLP foi muito alargado, perguntou se está prevista a criação de um banco de fomento da CPLP. Acerca da língua, lembrou que na Guiné-Equatorial não só ninguém fala ou escreve português, como não é visível qualquer esforço no sentido da inversão de tal realidade, tendo questionado o que pensa fazer o Governo perante tal situação.

.Joana Lima (PS), para felicitar o Ministro quanto à condução política da questão do Secretariado-Executivo e perguntar sobre se existe a intenção de abrir uma delegação da AICEP em Teerão, agora que, pela primeira vez, ter sido constituído um Grupo Parlamentar de amizade com o Irão.

.José Cesário (PSD), solicitando ao Ministro um comentário sobre os motivos pelos quais, nos últimos 5 meses, nunca o BE ou o PCP terem tecido quaisquer comentários à questão das ARI's.

Respondendo em conjunto às perguntas formuladas nesta segunda ronda, referiu o Senhor **Ministro** que:

Relativamente às ARI's, que este instrumento pretende captar investimento e capitais. Na tramitação destes processos, distinguiu entre processos analisados e processos deferidos, referindo que no início de funções deparou com milhares de pedidos e processos por analisar, situação que tem vindo a corrigir, sempre sem diminuição do nível de exigência.

No concernente à CPLP, Portugal não aceita a impossibilidade de acumulação da Presidência com o Secretariado-Executivo nem reconhece a existência de qualquer forma de “costume estatutário” nesta ou noutras matérias, apenas se vinculando pelo direito positivado. Quanto à nova visão estratégica para a CPLP, pediu a compreensão pelo facto de o Ministério que dirige não poder comentar ou pronunciar-se acerca de um documento aprovado por 9 membros que são estados sobreanos, lembrando, porém, que o texto foi elaborado com o consenso entre todos.

Na questão da Guiné- Equatorial, lembrou o Senhor Ministro não ter sido ele nem este Governo a assinar o acordo de alargamento, embora concorde com a adesão daquele país. Sublinhou os progressos que já forma possíveis de atingir entretanto, lembrando as 3 condições básicas exigidas aquando da adesão e que, de forma progressiva, têm vindo a ser implementados: democracia participativa, eliminação da pena de morte e utilização da língua portuguesa como uma das línguas oficiais do país.

Em relação ao Irão, confirmou a abertura, ainda durante o primeiro semestre, do corrente ano, de uma delegação da AICEP em Teerão.

No respeitante às negociações-MERCOSUL, Portugal bate-se pela abertura das relações comerciais, cujos passos já dados pela Argentina e Uruguai, podem agora vir a ser seguidos pelo Brasil. Lembrou terem sido Portugal e Espanha a agendar esta questão. No que foram secundados pela Itália e Reino Unido, salientando, ainda, não poder a União Europeia perder esta oportunidade de refazer e fortalecer o “lado atlântico” da relação.

Finalizando, informou não existir quaisquer planos para a criação de um banco de fomento no âmbito da CPLP.

Posto o que, terminada a audição, o Senhor **Presidente** agradeceu a presença do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros no Parlamento e na Comissão, ao que se seguiu um intervalo de 15 minutos.

2.ª Parte

Retomados os trabalhos, passou o Senhor Presidente à apreciação das matérias constantes do,

Ponto 1

Foi transmitida à Comissão a indisponibilidade do Senhor Presidente da 3.ª Comissão para corresponder ao convite de acompanhar a delegação da CNECP à Marinha. Acerca desta visita, informou, ainda, ter sido assegurada junto da Marinha a conciliação desta visita com a necessidade de comparência dos Deputados ao debate em Plenário, com início marcado para as 15 horas.

Deu conta de que, na sequência dos contactos estabelecidos junto do Senhor embaixador de Portugal no Reino Unido, não será possível efetivar a viagem a este país, em junho,

conforme planeado. Com efeito, o período pré-referendo, associado ao período de férias que logo se lhe seguirá, desaconselham a visita, atentas as finalidades que com ela se visavam atingir.

Ponto 3.

Tomou a palavra a Senhora **Deputada Joana Lima (PS)** para apresentar o seu Parecer acerca da iniciativa em apreço. Começou por situar e enquadrar a iniciativa, idêntica no seu sentido e objetivos a algumas outras já discutidas em sede de Comissão, pretendendo-se eliminar a dupla tributação nas várias categorias de rendimentos auferidos por residentes de qualquer um dos dois Estados e prevenir a evasão fiscal, constituindo um importante contributo para a “criação de um enquadramento fiscal estável e favorável ao desenvolvimento das relações económicas entre os dois Estados, tanto no âmbito das trocas comerciais e da prestação de serviços, como no fluxo de investimento, permitindo reduzir entraves à circulação de pessoas, capitais e tecnologias.” Mais referiu que as disposições da Convenção estão, na sua maioria, em conformidade com o Modelo de Convenção Fiscal da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. Após ter percorrido explicativamente o articulado do Acordo, concluiu estar o mesmo em condições de ser levado a Plenário, para os fins devidos.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** que, cumprimentando a autora do Relatório pelo trabalho efetuado, elogiou este tipo de Convenção, até pelo facto de ter-se vindo a verificar que na sequência da sua outorga noutros casos, logo se verificou um incremento das relações bilaterais no domínio económico e comercial. Terminou, sublinhando ter a Arábia Saudita criado recentemente o maior fundo soberano à escala global, ultrapassando o da Noruega.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para cumprimentar a Deputada autora do Relatório, lembrando estramos perante um modelo de Convenção preconizado pela OCDE, o qual carece da concreta definição de quem seja o “beneficiário efetivo” das participações sociais, não permitindo distinguir entre “empresas-canal” (veículos dedicados à imputação formal de dividendos) e empresas realmente existentes. Por tal motivo, e embora na perspetiva da troca de informações fiscais se trate de um instrumento relevante para a prevenção da evasão fiscal e branqueamento de capitais, anunciou que o BE votará

contra esta iniciativa, esperando que não se repita o mesmo erro que sobreveio à aprovação de idêntico acordo com a Suíça, o qual motivou a necessidade de uma intervenção corretiva extraordinária que permitisse “limpar” o cadastro fiscal daquele país.

Ponto 4.

Relativamente a este Relatório, não tendo sido possível proceder à sua apresentação e discussão, transitou a mesma para uma sessão extraordinária da Comissão, a ter lugar pelas 14.30 horas do próximo dia 28 do corrente mês.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião pelas 12 horas e cinquenta e cinco minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

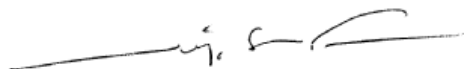
http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160426_1.mp3

e

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160426_2.mp3

Palácio de S. Bento, 26 de Abril de 2016

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicília Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
José Cesário
Lara Martinho
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Adão Silva
António Ventura
Carla Cruz
Carla Sousa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
João Oliveira
Jorge Moreira da Silva
Nuno Magalhães
Porfírio Silva
Sérgio Azevedo

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 12/07/2016.